



O negro escravo como imigrante forçado

Clóvis Moura*

O problema do processo imigrantista no Brasil nunca foi analisado considerando-se o negro africano um imigrante compulsório, que foi trazido para o Brasil através da chamada **diáspora negra**, já definida como a "maior migração forçada da história". A economia colonial exigia a mão-de-obra escrava como elemento fundamental para dinamizar a sua estrutura, e, por isto, foram organizadas companhias marítimas encarregadas de transportar e comercializar milhões de seres humanos. Por uma série de razões, a África foi o local escolhido para se realizar esta pilhagem genocídica e o seu território transformado no palco da mais bárbara caçada humana da história.

As estimativas sobre o número total de africanos distribuídos para a América do Sul, Caribe, América do Norte e outros locais variam muito e a existência do contrabando de escravos dificulta ainda mais essa avaliação. Apesar disto, pesquisadores dizem que vieram para o Novo Mundo, especialmente Antilhas, colônias espanholas e Brasil cerca de doze milhões de negros. Este número é apresentado pela Enciclopédia Católica. Acharnos, porém, que este número é muito modesto em relação àquele processo em curso durante a formação do sistema capitalista. Halps estima que, de 1517 a 1807, não menos do que cinco milhões de escravos africanos foram importados pela América e incorporados ao seu

sistema de trabalho, especialmente nas **plantations** dos Estados Unidos, Brasil, Jamaica, Cuba e outras regiões de colonização espanhola. Os cálculos de E.D. Morel, citados por Artur Ramos (1) estabelecem os seguintes números para o período de 1666 a 1800:

Referindo-se de modo particular, ao comportamento da Inglaterra **após a abolição do tráfico**, Weber afirma que:

"A resolução do Congresso permitiu aos ingleses esmagar o comércio de escravos dos outros, porém não impediu que ela própria continuasse dedicando-se a um contrabando cada vez mais intenso dessa

número em face da filosofia do **branqueamento** que existe em grandes camadas da população brasileira. As discussões tiveram início quando se procurou quantificar essa população africana escrava, e, com isto, estabelecer-se um padrão do que se poderia chamar de **homem brasileiro**. Essas estimativas oscilam desde a de Rocha Pombo que afirma que o seu número foi de dez milhões, às de Renato Mendonça que afirma ter sido de 4.830.000.

Esse autor que fez os seus cálculos baseado em estatísticas aduaneiras, excluindo, portanto, o contrabando que passou a funcionar a partir de 1831, apresenta o seguinte quadro para ele comprobatório:

DISTRIBUIÇÃO INTERNA DOS ESCRAVOS NO BRASIL

Essa população negra-escrava, ao vir compulsoriamente para o Brasil, constituiu-se, no nosso mais importante segmento étnico e populacional. Uma amostra da sua importância podemos aferir no fato de que durante o tráfico o Brasil foi a região que mais africanos recebeu, importando cerca de 40% dessa massa escrava quase 10 milhões de imigrantes forçados. Nove vezes mais do que os Estados Unidos que absorveram 6% e muito mais do dobro da América Hispânica, com 18%; do Caribe Inglês, com 17% e do Caribe Francês, com 17%.

Esse componente populacional foi distribuído de acordo com o modo-de-produção escravista que se instalou no Brasil e dos interesses da

- 1666-1789** - Uma média de 70.000 escravos **per anum** importados para as colônias americanas, ou um total de 3.500.000.
- 1752-1762** - Só Jamaica importou 71.115 escravos.
- 1759-1762** - Só Guadalupe importou 40.000 escravos.
- 1776-1800** - Uma média de 74.000 escravos **per anum** foram importados para as colônias americanas, ou um total de 1.850.000.
- Média anual:** pelos ingleses, 38.000; pelos portugueses, 10.000; holandeses, 4.000; franceses, 20.000 e dinamarqueses, 2.000.

Como forma indireta de se avaliar a importância do tráfico na formação e desenvolvimento estrutural do modo capitalista de produção podemos apresentar alguns dados complementares, fornecidos por Marx Weber (que, aliás, minimiza essa participação como elemento organizacional, contrapondo-se a Sombart que o apresenta como um dos fatores proeminentes na estruturação do capitalismo) expostos no seu trabalho sobre história econômica geral, onde escreve:

"Pode-se calcular que no início do século XIX viviam nos territórios coloniais da Europa, 7 milhões de escravos. Entre eles a mortalidade era muito grande, cifrando-se, ainda no século XIX em cerca de 25%; em épocas anteriores foi porém bem maior. (...) De 1807 a 1848 importaram-se da África outros cinco milhões de escravos e o conjunto de exportados dali para as zonas transoceânicas pode ser comparado à população de uma grande potência européia do século (XVIII)." (2)

mercadoria. Assim, de 1807 a 1847, com a ciência e a paciência do governo, foram trasladados 5 milhões de escravos da África para as colônias inglesas." (3)

Se confrontarmos os diversos dados e números que foram apresentados acima, oriundos de múltiplas fontes, podemos ver que há diferenças quanto à quantidade exata dos negros que foram trazidos para o Novo Mundo. Essas discrepâncias, no entanto, não invalidam o fato fundamental, que é a grande importância numérica do tráfico, especialmente para o Brasil.

Aquelas inexatidões apresentadas em relação ao tráfico negreiro no âmbito continental repetem-se em relação ao Brasil. Não temos possibilidades de estabelecer o número exato de africanos trazidos para o nosso território com o tráfico. As estimativas variam muito e há sempre uma tendência a se minimizar o seu

NÚMERO DE ESCRAVOS ENTRADOS NO BRASIL
(avaliação feita baseada em estatísticas aduaneiras)

	REGIÕES	ENTRADAS ANUAIS	TOTAL ANUAL	TOTAL DE IMPORTAÇÃO
Século XVI	Todo o Brasil			30.000
Século XVII	Brasil holandês	3.000	8.000	8.000
	Brasil português	5.000		
Século XVIII	Pará	600	25.000	2.500.000
	Recife	5.000		
	Bahia	8.000		
	Rio	12.000		
Século XIX (até 1850) Durante o tráfico	Rio	20.000	50.000	1.500.000 4.850.000
	Todo o Brasil			

Fonte: Renato Mendonça. *A influência africana no português do Brasil*. RJ. Editora Nacional, 1935

economia de exportação aqui existente. A sua distribuição foi feita da seguinte maneira:

a) **Bahia**, com irradiações para Sergipe, onde os escravos negros foram redistribuídos para os campos e plantações de cana-de-açúcar, fumo, cacau, para os serviços domésticos urbanos e, posteriormente, serviços de mineração na zona diamantina;

b) **Rio de Janeiro e São Paulo**, onde os negros foram encaminhados para os trabalhos das fazendas açucareiras e cafeiras da Baixada Fluminense e para os serviços urbanos;

c) **Pernambuco, Alagoas e Paraíba**, focos de onde se irradiou uma enorme atividades nas plantações de cana-de-açúcar e de algodão no nordeste;

d) **Maranhão**, com irradiações para o **Pará**, região onde predominou a cultura de algodão;

e) **Minas Gerais**, com irradiação para **Mato Grosso e Goiás**, com o trabalho voltado para a mineração, durante o século XVIII.

A esse esquema proposto por Artur Ramos podemos acrescentar os negros africanos que entraram diretamente para a região amazônica. Até 1850 esse fluxo migratório de africanos será uma constante, respondendo a população escrava, em consequência do seu alto nível de mortalidade. Após a extinção do tráfico há outro deslocamento demográfico dessa população, pois as áreas prósperas do sudeste começam a comprá-la, através do tráfico interprovincial. Aquelas populações que foram fixadas no nordeste e mesmo norte são enviadas para as novas áreas de trabalho que decolam.

MIGRAÇÃO INTERNA PÓS-ABOLIÇÃO

Quando ocorre a abolição, a distribuição demográfica dos escravos no Brasil era a seguinte:

Após o 13 de maio, os ex-escravos saem das fazendas e emigram para as grandes cidades, especialmente a capital de São Paulo. Assim, inicia-se o processo de marginalização do negro, ele se reduz a um

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS NO BRASIL EM 1888

REGIÃO	NÚMERO	%
Região Norte: Pará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe	130.000	18
Centro: Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso	100.000	14
Sul: Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	480.000	68
Nota: Amazonas e Ceará já haviam libertados os seus escravos em 1884.		
Fonte: Roberto Simonsen. <i>As conseqüências econômicas da abolição</i> . In: <i>Revista do Arquivo Municipal, SP, ano IV, nº XLVII</i> .		

componente sobranter, sem possibilidades de integração social, econômica e cultural. O imigrante que foi trazido e privilegiado através de uma política imigrantista subvencionada já havia ocupado o centro do sistema de produção que emergia. Como escreve Richard Morse "os ex-escravos que vinham em grande quantidade das fazendas habitavam muitas vezes casebras miseráveis, trabalhando mediante salários ínfimos em serviços de lixo, que os brancos desdenhavam como indignos." (4)

Contra o negro passam a funcionar todos os estereótipos racistas designando-o como preguiçoso, ocioso, amoral e incapaz para o trabalho regular. Isto determina a compressão do espaço social no qual ele tem de sobreviver, caindo no alcoolismo, na baixa prostituição, na criminalidade e no suicídio.

Neste universo anômico, como demonstrou José de Alcântara Machado, o negro e o mulato, entre 1879 e 1894, pegando-se, portanto, o período escravista e o início do trabalho livre, são os que mais se suicidam. A taxa de suicídios desses segmentos étnicos excediam em muito a dos brancos. (5)

Aliás, o perfil social do Brasil no final do escravismo já apresentava todos os sintomas de uma estrutura inteiramente desarticulada do ponto de vista de ter capacidade para absorver a mão-de-obra livre que se criava. Senão vejamos:

Essa grande população desocupada era exatamente aquela que estava saindo das senzalas e não tinha condições de se incorporar ao processo de trabalho livre, pois já haviam sido criados os mecanismos ideológicos capazes de barrá-la. O número de desocupados, por isto, somava quase o dobro dos trabalhadores livres. Era, portanto, uma substituição a curto prazo não apenas das suas relações de produção, mas do próprio trabalhador no conjunto da economia brasileira.

O trabalhador negro, ex-escravo, foi, portanto, afastado sistematicamente da dinâmica da força de trabalho emergente no modo de produção de capitalismo dependente que substituiu o escravismo.

Outra particularidade que convém acrescentar como elemento diferenciador do processo de marginalização do ex-escravo, especialmente de São Paulo, é o curto espaço de

População incluindo as seis principais províncias do país: São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro em 1882:

Trabalhadores livres	1.433.170
Trabalhadores escravos	656.540
Desocupados	2.822.583

Fonte: J.M. Camargo Jr. *A abolição e suas causas*. In: "Estudos Afro-brasileiros. Rio de Janeiro, 1935

tempo que decorre entre a sua introdução como escravo, (em larga escala através do tráfico interprovincial) e sua substituição pelo trabalhador estrangeiro. O início de decolagem do surto cafeeiro que podemos situar por volta de 1850, já encontra as fontes internacionais de reposição do escravo fechadas. O negro teve de ser adquirido rapidamente em outras províncias de economia decadente e, num período de apenas trinta e oito anos, é incorporado como trabalhador ao centro do sistema. Em seguida, é desincorporado abruptamente e atirado compulsoriamente à franja marginal do novo modo de produção.

De modo muito genérico podemos ver três etapas da dinâmica migratória do africano e, posteriormente, do negro no Brasil:

Primeira fase: tráfico internacional entre a África e o Brasil, legal até 1831 e ilegal até a sua abolição real em 1850. Os africanos, vindos de diversas regiões do continente negro desembarcavam no Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e eram redistribuídos para outras áreas como Minas, Goiás, Mato Grosso, etc.

Segunda fase: após a extinção do tráfico internacional, através do tráfico interprovincial (interno), os escravos de Pernambuco, Bahia, Ceará, Alagoas, etc. são vendidos para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Terceira fase: após o 13 de maio os negros que se concentravam no sudeste (zona araraquarense, oeste paulista, vale do Paraíba, migram para as capitais, especialmente São Paulo, formando a franja populacional marginalizada da cidade, sem conseguir se recompor social, econômica e culturalmente até hoje.

Conclusão

Nesse processo histórico, o negro africano foi um imigrante **forçado** durante a escravidão, após o 13 de maio passou a ser considerado um imigrante **indesejável**. No dinamismo que se sucedeu à abolição, não se querendo aproveitar o trabalhador nacional não-branco, que estava jogado à franja marginal desocupada, os políticos e empresários estabele-

ceram uma política migratória para o Brasil. Houve, ao mesmo tempo, uma estratégia ideológica para se saber qual, do ponto de vista ético, seria o melhor imigrante para o Brasil. Em 1920 a Sociedade Nacional de Agricultura fez uma pesquisa para saber como seria recebido o imigrante negro, isto é, se ele seria benéfico ao Brasil na sua qualidade de imigrante. Mesmo com a alegada crise da mão-de-obra, aliás inexistente, pois o número de trabalhadores nacionais não aproveitados era imenso, a ideologia racista dos empresários revelou-se nos resultados.

contribuir esses imigrantes para a pujança da festa. Faltava algo: "O imigrante negro".

Saindo a campo, o Dr. Reinaldo Pereira de Brito obteve a adesão do jornalista Francisco Luiz Salvador, o Kiko, e num trabalho ingente, contando com o enorme esforço do Coronel Sérgio Barcelos, presidente do Comitê Olímpico, conseguiu adentrar no círculo de imigrantes participantes da maior competição esportivo-cultural desta cidade.

Somente assim foi possível que os negros brasileiros fossem consi-

ESTEREÓTIPOS NEGATIVOS SOBRE O NEGRO COMO IMIGRANTE

Razões econômicas	
Mau trabalhador	26
Razões intelectuais e morais	
Inteligência inferior, degenerado, amoral, indolente, bêbado e criminoso	19
Razões raciais	
Inferioridade congênita, ódio ao branco oculto no coração do negro	44
Existência do preconceito	9
Outras razões	9
Total pessoas entrevistadas	107

Fonte: Sociedade Nacional da Agricultura. Imigração, 1920

Como podemos ver, o negro passa de **imigrante forçado**, quando todos queriam o seu trabalho como escravo, a ser **imigrante indesejável** no mercado capitalista-racista que o substitui.

Um exemplo disto é a Olimpíada dos Imigrantes em São Paulo. Criada em 1975, somente cinco anos depois os afro-brasileiros são reconhecidos como participantes. Conforme boletim da Comissão Organizadora desse evento, a "ânsia de participação dos países africanos nas Olimpíadas dos Imigrantes germinou na mente do Dr. Reinaldo Pereira de Brito, ao ver a realização da mesma sem a presença da raça negra, na certeza com que poderiam

derados descendentes de africanos, ou seja, afro-brasileiros da mesma forma como se consideram os ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros, luso-brasileiros, etc.

A tentativa de se considerar os afro-brasileiros como simples seres sem ancestralidade, é uma herança da escravidão, cuja ideologia, ainda resiste em ter em pé de igualdade, aqueles que foram trazidos para o Brasil como escravos e aqueles que aqui chegaram para se tornarem senhores.

* (Sociólogo; Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas; Examinador de pós-graduação da USP; autor de inúmeros livros sobre o problema do negro no Brasil, destacando-se: *O Negro: de bom escravo a mau cidadão? Conquista. 1977; Brasil: raízes do protesto negro. Global. 1983*).

notas

(1) Ramos, Artur. As culturas negras no novo mundo. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1937, pp.83/4

(2) Weber, Max. História econômica geral. México, Ed. FCE, 1961, pp. 264/5

(3) Weber, Max. Op. cit. p.256

(4) Morse, Richard. A cidade de São Paulo no período de 1870 a 1890, In: Sociologia, Vol. XIV, nº 1, março de 1952, SP, p.31.

(5) Alcântara Machado, José de. Suicídio na capital de São Paulo: 1876/1904. SP, 1905, p.27.